

ECONOMIA & POLÍTICA

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2019

Fesap: país vai paralisar sem aumentos gerais na Função Pública

Sindicatos exigem um aumento salarial para toda a Função Pública. Caso contrário, asseguram, o país vai paralisar na Saúde, Educação e Segurança Social. Ações de luta estendem-se até fim de novembro.

LIGIA SIMÕES

lsimoes@jornaleconomico.pt

Sem aumentos para todos os funcionários públicos, "um dia de greve será pouco", promete a Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap), que garante que todos os sectores estratégicos da Administração Pública, como a Saúde, Educação e Segurança Social vão parar e que serão levadas a cabo ações de luta "cirúrgicas" e em "serviços estratégicos" do país até à aprovação da proposta de lei do orçamento do Estado para 2019, prevista para 29 de novembro.

A paralisação setorial a nível na-

cional foi revelada ao Jornal Económico por José Abraão, secretário-geral da Fesap que, na reunião desta sexta-feira, 12 de outubro, com o Ministério das Finanças vai colocar novamente em cima da mesa negociações duas reivindicações de base: aumentos salariais devem chegar aos 675 mil trabalhadores da Função Pública e devem ser superiores a cinco euros.

"Se a nossa proposta de aumento salarial generalizado não for aceite, um dia de greve será pouco. Há um conjunto de outras ações cirúrgicas que serão desencadeadas, como paralisações sectoriais de serviços estratégicos, em simultâneo, nomeadamente na Saúde,

Educação e Segurança Social", disse. José Abraão realça que a Fesap "não aceitará outro desfecho que não seja o de um aumento salarial para todos os funcionários públicos", bem como "uma proposta com dignidade e não um aumento de cinco euros".

Deixa ainda um recado ao ministro das Finanças: "Ou Mário Centeno continua com a obsessão de redução do défice e o objetivo de saldo orçamental positivo, ou vai inscrever o seu nome no período mais longo de congelamento salarial da Função Pública [que já não tem aumentos gerais de salários desde 2009]".

As novas formas de luta foram

reveladas pela Fesap na véspera da reunião com uma equipa alargada do Ministério das Finanças, que contará com a presença de Mário Centeno. No encontro de hoje, serão discutidos, entre outros temas, os aumentos salariais para 2019 com os três sindicatos da Administração Pública – Fesap; Frente Comum, da CGTP, que já agendou uma paralisação para 26 de outubro; e Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

A expectativa dos sindicatos é a de que o governo melhore a proposta de aumentos salariais que prevê cinco euros para todos os trabalhadores, 10 euros para quem ganha até 835 euros (cerca de 200



Q UE PODEMOS ESPERAR DO ÚLTIMO ORÇAMENTO DO ESTADO DA ATUAL LEGISLATURA, PARA UM ANO MARCADO POR ELEIÇÕES? ECONOMISTAS,



MIGUEL POIARES MADURO
Ex-ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional

Será um orçamento eleitoralista, mas de um eleitoralismo diferente. Como a disciplina orçamental a que estamos sujeitos e o poder do ministro das Finanças neste governo colocam muitos limites ao que o governo pode oferecer, a estratégia clara é a de dar muito pouco, mas aos grupos eleitorais mais importantes e de forma a alimentar a narrativa política do fim da austeridade. Os montantes são insignificantes, mas apresentados de forma eleitoralista. Repare-se na forma como o primeiro-ministro apresentou o aumento das pensões: 65% acima da inflação. Não deu o valor do aumento nem a percentagem do aumento, ambos insignificantes. O que interessa é a narrativa. É um OE que oferece pouco, mas esse pouco é distribuído com base no peso eleitoral dos diferentes grupos e apresentado de forma a parecer mais.



JOÃO VIEIRA LOPES
Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

A CCP propõe que a Taxa Social Única a cargo da entidade empregadora possa ter uma redução proporcional ao aumento da remuneração média dos funcionários, ou seja, uma descida correspondente a 10% da percentagem de acréscimo dessa remuneração média.

No que se refere a privilegiar a qualificação da mão-de-obra, sugerimos a majoração em 120% dos encargos suportados com doutorados contratados pelas empresas.

A CCP reitera ainda a necessidade de revisão em baixa das taxas de tributação autónoma e a retoma da descida do IRC. Finalmente, outra área em que a CCP vem insistindo por, no seu entender, carecer de uma revisão séria, tem a ver com o binómio garantias dos contribuintes e poderes da Autoridade Tributária.



ANTÓNIO SARAIVA
Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal

Destacaria, para além da insistência na necessidade de retomar o calendário de redução da taxa de IRC e das derramas, as que se dirigem à discriminação positiva das empresas que investem baseando-se no autofinanciamento e das que apostem na qualificação dos seus recursos humanos, como grandes alavancas para o crescimento da produtividade. Estão também presentes propostas dirigidas especificamente às empresas de menor dimensão e a todas as empresas do interior do país.

É também crucial garantir que a tributação que incide direta ou indiretamente sobre as empresas não é agravada e que não serão criados novos impostos que afetem as empresas. As empresas portuguesas precisam sobretudo de estabilidade fiscal. Só assim o país conseguirá atrair o investimento de que tanto necessita.



CARLOS SILVA
Secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT)

Espero que o OE faça refletir a sensibilidade social, através de um aumento nominal de 10 euros para que todos os funcionários da Administração Pública e empresarial do Estado possam sofrer um acréscimo substancial. Sabemos que o governo fala em 50 milhões, mas era importante dar um sinal aos portugueses que viram o seu salário congelado.

Esperamos também mais um escalão do IRS e não deixamos de assinalar que era algo que viria ao encontro da classe média. Sobre o IRC, a UGT considera fundamental que as empresas se instalem no interior e defende que têm de existir medidas concretas, que não fiquem lora das possibilidades; se o primeiro-ministro entende que só em alguns casos possa ser a taxa zero, que se encontre esse patamar, com a contrapartida de criar empregos líquidos.



LUÍS CAMPOS E CUNHA
Ex-ministro das Finanças

Espero que este orçamento seja um orçamento que permita uma redução significativa da dívida pública, que esse seja um objetivo.

Sobre o investimento público, este deve concentrar-se na ferrovia, nas vias de comunicação; é esse o investimento público que deve ser feito. Também espero que, no domínio da gestão das políticas públicas para a cultura, exista uma mudança muito significativa para uma mudança nessa área, com a alocação de mais verbas.



Cristina Bernardino

mil funcionários públicos) e até 35 euros para salários até 635 euros, o que abrange 96 mil trabalhadores.

A decisão sobre aumentos salariais na Função Pública vai ser fechada no conselho de ministros extraordinário, marcado para este sábado, 13 de outubro, que aprovará o último orçamento do Estado da legislatura, que deverá ficar marcado pelo défice mais baixo da democracia, equivalente a 0,2% do produto interno bruto (PIB).

Aos partidos e aos sindicatos, o ministro das Finanças já sinalizou que recuperou todos os custos das medidas tomadas em anos passados e que tem 800 milhões para a Função Pública. Em causa estão medidas como o descongelamento das progressões na Função Pública – a medida que mais pesa na despesa com pessoal (542 milhões de euros) e o regresso às 35 horas na Saúde. O Executivo insiste que as medidas com impacto nas despesas com pessoal representam um crescimento de 3,7% face a 2018.

Aumento extra das pensões

Na última semana, o Governo esteve a afinar o documento que servirá de proposta de OE2019, que deverá ser entregue no dia 15 de outubro. Esta quinta-feira, os socialistas cederam as pretensões de PCP e Bloco de Esquerda e vão mesmo avançar com o aumento extraordinário das pensões já em janeiro de 2019, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos

(ver texto na página 8). Já quanto à redução de fatura da luz e às reformas antecipadas, nomeadamente o fim do factor de sustentabilidade, as negociações ainda não estavam encerradas até ao fecho desta edição. Não é de excluir, segundo fontes parlamentares, que estas medidas venham apenas ser discutidas na especialidade.

PS reúne com António Costa

O primeiro-ministro vai reunir-se com o grupo parlamentar do PS, na próxima terça-feira, 16 de outubro, para apresentar aos socialistas a proposta do OE2019. Mas antes, nesta sexta-feira, dia 12 de outubro, o ministro das Finanças, Mário Centeno, vai discutir o documento com os parlamentares do PS que pertencem à Comissão de Orçamento e Finanças.

Melhorar rendimentos e incentivos às empresas são algumas das palavras de ordem que António Costa sinalizará aos deputados. O Chefe de Governo já disse no Parlamento que o orçamento para o próximo ano vai alargar incentivos às empresas no reinvestimento dos seus lucros e no apoio à inovação. E estarão presentes medidas que melhoram os rendimentos das famílias e de apoio à qualificação dos seus trabalhadores. Garantiu também que vai “repor integralmente o financiamento” ao serviço nacional de saúde, lembrando que até hoje já repôs 700 milhões de euros. ●

OBJETIVO

Continuamos a caminho



JOÃO MARCELINO

Jornalista

Esta semana, o primeiro-ministro António Costa nomeou para a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos um camarada de partido, de seu nome Carlos Pereira, episódio liderado pelo PS Madeira.

A reconhecida mesquinhez nacional logo sugeriu que tal se deveria a um prémio merecido pela sagacidade com que o referido deputado, feito relator, em tempos redigira as conclusões da chamada comissão de inquérito à Caixa Geral de Depósitos, um trabalho de artefacto de joalharia que até o insuspeito João Galamba, naturalmente por um incontrolável arripio de espinha, ajudou a chumbar faltando à votação geral final. Lembremo-nos: entre a união dos da ‘geringonça’ e a oposição ‘dos outros’ a coisa ficou 7-7. Face ao regulamento, arquivou-se.

Para o tal Carlos Pereira imediatamente se gerou currículo mais do que garantido para outras missões. E eu concedo: quem olha para o pior período do banco do regime e não descortina por lá nada de mal feito, mesmo com um buraco que originou a necessidade de uma monumental recapitalização, devida ao belíssimo trabalho de outros homens de saber, como Armando Vara (que depois transportou toda a sua experiência para o BCP e se revelou como um notável caso de estudo para o Ministério Público), com certeza que será pessoa, e político, de absoluta confiança, tanto dentro como fora do Parlamento. Só pode.

Entretidos e preocupados com a realidade do Brasil, alguns dos nossos mais eloquentes democratas – entre políticos que utilizam antigas tribunas do jornalismo, ex-jornalistas reciclados em operacionais de causas várias e de uma maneira geral muitos invertebrados dedicados à tarefa de simularem viver um dia a dia mais ou menos digno – não descort-

tinaram nada de mal no assunto. Como os compreendo! Se António Costa garante que está “à vontade” com a referida nomeação, quem são eles para questionarem o regime que só encontra “competências” dentro de portas, mesmo para organismos que deveriam ser “independentes”?

A resposta parece-me evidente: não são ninguém. E, portanto, sendo tão dispensáveis por cá, fazem bem em continuarem preocupados com o mundo. Agora com Bolsonaro. Ainda com Trump. Sempre com qualquer político que na Europa, a reboque da insegurança e do desejo dos respetivos povos, resolva colocar-se contra o politicamente correto e na oposição a uma cartilha ideológica que o tempo não atualiza quase desde a revolução industrial. Haja alguém que vigie os passos do fascismo internacional e não se perca em minudências caseiras, sejam elas as da ética contra a imoralidade, as dos princípios *versus* os interesses, ou até, no limite, as da apropriação do Estado por um partido.

Olhando para a anestesia geral e para a forma descontraída com que tudo isto se decide e passa a céu aberto, ontem à direita, hoje à esquerda, o caminho é esperar que a paciência dos cidadãos se esgote e um dia, no futuro, cada vez menos longínquo, ‘isto’ desague num Bolsonaro ‘à portuguesa’. Já temos aí figuras a abrir caminho, como a sagaz comentarista da pistola ao pescoço, Manuela Moura Guedes, e o impagável André Ventura. O caminho faz-se andando. ●

O caminho parece ser esperar que a paciência dos cidadãos se esgote e, um dia, ‘isto’ desague num Bolsonaro ‘à portuguesa’

POLÍTICOS E CORPORAÇÕES RESPONDEM



JOAQUIM MIRANDA SARMENTO
Porta-voz do PSD
para as Finanças Públicas

Será um OE que aprofunda os erros dos últimos três, ainda mais eleitoralista. Desde 2015 que o governo faz orçamentos a pensar nas eleições, fossem elas antecipadas, ou ocorressem apenas em 2019; só assim se justifica a decisão de reposição acelerada dos cortes salariais impostos em 2010 pelo governo Sócrates, bem como a descida do IVA da restauração. Daí que não se tenha feito nenhuma reforma estrutural, não se tenha mexido na administração pública e se tenha governado para agradar a determinados segmentos do eleitorado. Acentuará ainda mais o facto de esta consolidação orçamental ser cíclica e não estrutural. Entre 2015 e 2018 o défice sem *one-offs* reduziu-se em cerca de 4 mil milhões de euros. Cerca de dois terços desse valor é efeito do “dividendo orçamental” da política do BCE.



VÍTOR GONÇALVES
Presidente do departamento
de Gestão do ISEG

Penso que em termos de investimento público irá subir, até porque já tinha sido anunciado pelo governo, relativamente ao ano passado. Vai ser um orçamento com algumas características de um ano eleitoral e portanto será um OE com um carácter otimista. Se será possível cumpri-lo até ao final do ano, já tenho algumas dúvidas, até porque o equilíbrio orçamental que tem sido atingido tem sido feito à custa de cativações e de menos investimento.



JOÃO MOREIRA RATO
Ex-presidente
do IGCP

Prevejo um OE preparado para tempos de expansão e que se continue a reduzir o défice principalmente através do impacto positivo do ciclo económico, sem avançar muito com cortes estruturais. Um OE de disciplina o quanto basta, sem mais. Espero a continuação do aumento discreto no número de funcionários públicos e algumas concessões salariais, mas nada que ponha em causa uma certa contenção aceitável em Bruxelas. Boa parte do esforço estrutural tem vindo da diminuição dos juros da dívida, que não durará para sempre. Será um OE que não defenderá suficientemente o país em caso de recessão a curto prazo. Gostaria que fosse mais estratégico e menos tático, que lidasse mais corajosamente com alguns dos problemas de fundo da despesa pública e que se seguisse uma política orçamental mais sustentável e durável.